



Instituição de Utilidade Pública

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BRIDGE

Relatório de Gestão do Exercício de 2023

1 - Introdução

No cumprimento dos preceitos estatutários, a Direcção da Federação Portuguesa de Bridge (FPB) apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2023.

No seu conjunto podemos dizer que este foi o ano em que assistimos a uma normalização da actividade bridgística, com uma retoma lenta e progressiva a todos os níveis (associativo, clubes e formadores) mas ainda sem atingirem os valores pré-pandemia.

Subsistem, no entanto, as questões fundamentais que afectam de forma estrutural a modalidade, à cabeça das quais está o subfinanciamento crónico, o qual tem múltiplas origens, a saber: insuficiente apoio estatal, decréscimo das receitas próprias, e incapacidade para gerar sponsors ou donativos.

2 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1 - Actividade Desportiva

A) Estatutos e Regulamentos Federativos

Em 2023, procedemos a uma actualização e revisão de alguns artigos do Regulamento Técnico de Provas (RTP), no sentido de incorporar as necessárias alterações resultantes da realização de provas online, e no seguimento de várias sugestões de melhorias que foram sendo feitas.

Assim, foram introduzidas as seguintes modificações:

- Definição das regras específicas das provas oficiais jogadas online (2.4).
- Clarificação das regras de participação em provas nacionais de jogadores não apurados (3.1.3.3.a).
- Clarificação da regra de atribuição de resultado à equipa não faltosa, em caso de falta de comparência do adversário (3.6.7.2).
- Clarificação das regras de pagamento da taxa de inscrição, nos casos de encontros disputados parcialmente ou de concessão (3.6.10.3.b e 3.6.10.3.c).
- Clarificação das regras de alteração de datas de encontros (3.6.11).
- Clarificação sobre a abrangência da falta de comparência ou suplência (2.3.5.1)

B) Campeonatos Nacionais

Em 2023, foram organizadas pela FPB, as seguintes provas nacionais:

- | | |
|---|--------------|
| • Campeonato Nacional de Pares Seniores | (14 pares) |
| • Campeonato Nacional de Pares Mistos | (31 pares) |
| • Campeonato Nacional de Equipas Mistas | (10 equipas) |
| • Campeonato Nacional de Pares Open | (28 pares) |
| • Campeonato Nacional de Clubes da 1ª Divisão | (7 equipas) |
| • Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão | (6 equipas) |
| • Campeonato Nacional de Equipas Open | (15 equipas) |
| • Taça de Portugal – fase final | (12 equipas) |
| • Campeonato Nacional de Pares de 2'as Categorias | (12 pares) |
| • Campeonato Nacional de Equipas de 2'as Categorias | (4 equipas) |
| • Campeonato Nacional de Pares por IMP's | (22 pares) |

A fase de apuramento do Campeonato Nacional de Equipas Open (CNEO), e o Campeonato Nacional de Pares por IMP's foram organizadas pela ARBN, por delegação da Federação, e realizaram-se no Clube de Bridge do Porto.

Decorrente do regulamento da prova a final do CNEO teve lugar no Clube de Bridge do Porto.

O Campeonato Nacional de Pares Femininos não se efectuou por falta de quórum.

C) Torneios de Selecção

Tendo em vista a escolha da representação nacional nos próximos Campeonatos da Europa de Selecções, a realizar na Dinamarca, de 24 de Junho a 04 de Julho de 2024, a Federação organizou torneios de selecção por equipas para as categorias Open, Mistos e Seniores, dos quais resultaram apuradas as seguintes equipas:

- Selecção Open: António Palma (capitão), Paulo Dias, Paulo Sarmiento João Barbosa
- Selecção Mistos: Paulo G. Pereira (capitão), Alexandra Rosado, Sofia Pessoa, Pedro Morbey
- Selecção Seniores: Luís Castaño (capitão); Jorge Cruzeiro, Carlos Gonçalves, Paulo Pessanha, Eduardo Pinto, José Moraes.

A prova de selecção para a categoria Feminina não se realizou por não existir um número mínimo de praticantes que garantisse uma participação.

D) Representação externa

Portugal participou na 21th 21st European Champions' Cup que teve lugar em Dubrovnik (Croacia) de 9 a 11 Novembro de 2023, com uma equipa do SPORT CLUBE ALBERTO DE SOUSA (SCAS), na qualidade de finalista vencida no Campeonato Nacional de Equipas Open, e por cedência do direito de estar presente da equipa vencedora.

Constituída por José Carlos Sousa Santos (capitão), José Oliveira Martins, Samuel Leite, Miguel Rodrigues, Raul Corte Real e Hélder Aleixo, classificou-se em 11º lugar entre as 12 equipas participantes.

De destacar a participação a título particular da dupla António Palma / Paulo Dias nos 46th World Team Championships realizados em Marrakech (Marrocos) de 20 Agosto a 2 de Setembro de 2023, em que se classificaram num meritório 3º lugar na Final A do BAM, integrando uma equipa multinacional (Portucole).

E) Provas Online

A FPB participou activamente na iniciativa promovida pelo Women's Committee da EBL no sentido de promover o Bridge feminino através do treino online regular na plataforma Real Bridge.

As sessões foram constituídas por um torneio suíço de 3 encontros de 6 mãos cada, num total de 18 mãos que depois eram comentadas online por um(a) jogador(a) de topo mundial.

A iniciativa envolveu todos os países da Europa, num total de 12 sessões com periodicidade mensal, tendo Portugal estado presente em todas elas com uma, por vezes duas equipas, envolvendo 10 praticantes no seu conjunto.

Quanto ao resto, mantiveram-se os torneios semanais da FPB na plataforma FUN BRIDGE.

F) Arbitragem

Pese embora o elevado número de árbitros já formados, mantém-se um aspecto crítico da nossa modalidade, dado o número reduzido de árbitros no activo com a categoria nacional, sendo que dois deles residem em áreas fora de Lisboa, local onde se realizam a maior parte das provas nacionais.

Para além deste aspecto de natureza mais estrutural e de difícil resolução a curto prazo, subsiste também a necessidade de assegurar existência de árbitros de clube (1º escalão) e de nível regional (2º escalão) que garantam a realização de provas regionais e de clube.

Para colmatar estas lacunas, organizou a Federação, em conjunto com o Conselho de Arbitragem, uma acção de formação que teve lugar em Coimbra, na sede do Centro Norton de Matos, nos dias 4 e 5 de Novembro, a qual contou com a participação de 7 formandos, e que teve como formador o árbitro nacional Pedro Álvares Ribeiro.

A acção presencial foi precedida por 6 horas de formação por videoconferência, repartidas por 3 dias, a que se seguiram 12 horas de formação repartidas pelos 2 dias, incluindo a prova final de exame.

O corolário foi a credenciação de 6 novos árbitros de clube.

2.2 - Medidas Estruturantes

A) Divulgação do Bridge

A divulgação da modalidade foi um dos eixos estratégicos da gestão da Federação em 2023, com a contratação de uma pequena agência de comunicação especializada que contribuisse para dar visibilidade ao Bridge, tornando-o mais conhecido, e com essa maior

exposição mediática procurar angariar apoios e patrocínios que ajudassem a financiar as actividades de base, e para as quais os recursos eram escassos.

Neste contexto a modalidade ganhou algum protagonismo, desde logo com a dinamização da página oficial da FPB no Facebook, e com a criação de uma página oficial no Instagram.

Com um mínimo de 2 posts semanais, e com a inclusão de notícias sempre que se justificasse, conseguiu-se gerar conteúdos relevantes e actualizados, que trouxeram um número razoável de visitas (1481 no Fbk e de 141 no Instagram).

Para além disso o Bridge foi objecto de um directo no programa da manhã do canal de televisão SIC, com 3 intervenções que permitiram explicar resumidamente o jogo e as suas bases, no quadro de uma acção pro bono de formação numa academia sénior.

Foi dada uma entrevista à RDP em que o tema era também o Bridge, tendo o ano culminado com um artigo no jornal EXPRESSO sobre as vantagens para se praticar a modalidade, inserido no projecto Longevidade.

B) Captação e Fidelização de Praticantes

Em 2023 o número de praticantes federados apresentou um pequeno crescimento de 1,5 % (813 vs 801).

Esta variação positiva é importante na medida em que foi transversal em 3 das 4 Associações Regionais (AR's), embora com ritmos diferentes: ARBL + 4% (438 vs 422); ARBN +1% (173 vs 172); ABC +15% (90 vs 78) e ABM -13% (112 vs 129).

Parte importante desta retoma deve-se ao facto de alguns clubes terem recommçado a sua actividade de forma mais regular, captando e fixando os praticantes.

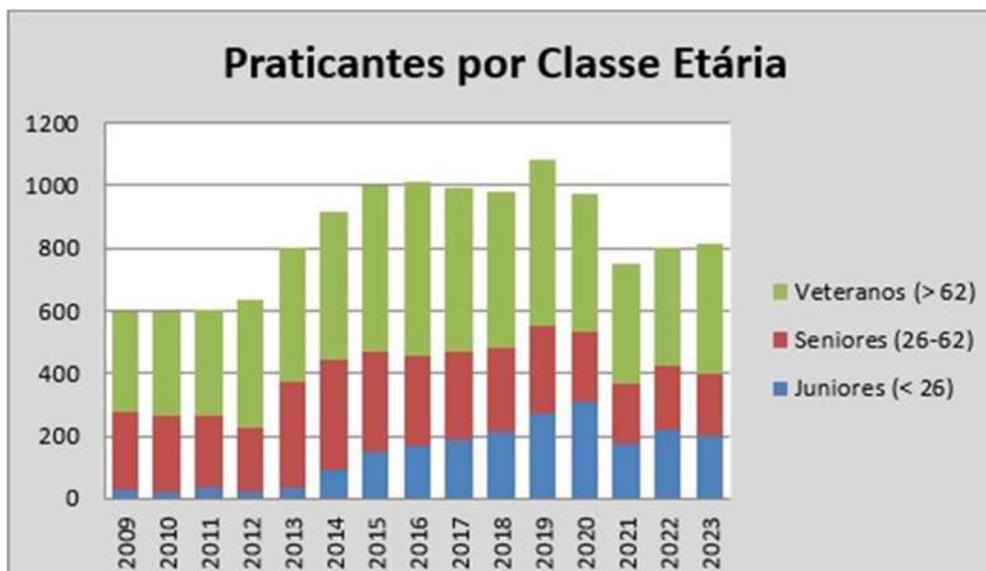
O saldo final de mais 12 praticantes resulta de 112 que não renovaram a sua licença, compensados com 58 novos licenciamentos e 70 recuperações, ao que temos que deduzir 2 falecimentos.

Quanto à distribuição dos praticantes federados pelos diferentes escalões etários verifica-se que as variações são significativas nos Veteranos (> 62 anos) que crescem 8,7%, e nos Juniores (< 26 anos) a caírem 9,5%, mantendo-se os Seniores (26-62 anos) estáveis.

Como consequência o peso dos Veteranos no total volta a superar os 50% dos praticantes (50,7%).

De forma gráfica, a evolução dos praticantes por Região e por Classe Etária, de 2004 a 2023 é a seguinte:





C) Clubes de Bridge

Em 2023, a FPB manteve o número de clubes filiados, num total de 35 em que apenas o Clube de Ténis do Estoril (CTE) não teve praticantes filiados.

D) Formação

Os gastos com a Formação foram os seguintes: Árbitros (P2) 641,49 €, Outros Praticantes (P2) 592,30 € e Outros Agentes (Professores e Dirigentes) 111,90 €.

2.3 - Gestão Administrativa

A gestão administrativa é assegurada por um colaborador em regime de prestação de serviços, sob a orientação do Vogal da Direcção responsável pela área financeira.

2.4 - Relação com Filiados e Praticantes

Foram utilizados os seguintes meios comunicação:

- Mailings para divulgação dos Campeonatos Nacionais, principais decisões da Direcção e outros factos relevantes da actividade federativa;
- Publicação atempada, no portal da FPB, dos resultados dos Campeonatos Nacionais, e das principais decisões de todos os órgãos federativos.
- Publicação no site da FPB das iniciativas da EBL mais relevantes
- Páginas oficiais da FPB no Facebook e Instagram - ver ponto 2.2 a)

2.5 - Ética, Justiça e Disciplina

Ver o ponto 2.6.F).

2.6 – Outros Órgãos Sociais da FPB

A) Assembleia Geral

Realizaram-se por videoconferência as seguintes reuniões da Assembleia Geral da FPB:

- Assembleia Geral Ordinária, em 26/03/2023, destinada a aprovar o Relatório e Contas de 2022;
- Assembleia Geral Ordinária, em 19/11/2023, destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2024.

B) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a execução orçamental da FPB e procedeu à elaboração de pareceres relativos ao Relatório e Contas de 2022 e ao Plano de Actividades e Orçamento para 2024.

C) Conselho Técnico

Participação activa na consulta e validação das alterações propostas ao RTP – ver ponto 2.1 a).

D) Conselho de Arbitragem

No âmbito das suas competências, o Conselho de Arbitragem (CA) procedeu à nomeação dos Directores de Torneio (DT) das provas nacionais. Manteve-se o critério da delegação às Associações Regionais da competência da nomeação dos DT dos respectivos campeonatos.

E) Conselho de Justiça

Durante o ano de 2023 o Conselho de Justiça (CJ) apreciou um recurso administrativo.

F) Conselho de Disciplina

No âmbito das suas funções, o Conselho de Disciplina (CD) teve a seguinte actividade:

- Autuação em 3 novos processos disciplinares;
- Emissão de 3 acórdãos com sanção disciplinar.

2.7 – Relações Institucionais

A FPB participou, através do seu Presidente, nas eleições da Confederação do Desporto de Portugal (CDP), para o mandato 2023-2027 e na Gala Anual do Desporto da CDP.

A FPB, através do seu Presidente, estabeleceu um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e com a entidade Serviços Sociais da CML que contempla a inclusão da disciplina do Bridge na Universidade Senior daquela instituição, e que tem como contrapartidas, entre outras, a cedências de instalações e a participação em projectos conjuntos.

2.8 – Obituário

Com profundo pesar, registamos o falecimento dos praticantes

António Cartaxo (603) / Maria Emília Black (1580) / Susana Mora (3184) / Berta Coutinho (3126)

Luis Pyrrait (2047) / Jean-Claude Oriel (3650) / Maria José Raposo (2523) / José Pereira de Sousa (917)

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2023, os resultados espelham a actividade desenvolvida pela FPB, em que os acréscimos de custos resultam da inflação, os quais afectaram nomeadamente a renda da sede, e o salário do colaborador por via da actualização do salário mínimo.

Por outro lado, o aumento de encargos resultante do aluguer de salas, e as deslocações dos árbitros tiveram também um impacto negativo nos custos da nossa actividade.

3.1 - Apresentação

Direção



As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Em anexo ao presente relatório, apresentam-se ainda os seguintes documentos:

- Demonstrações Financeiras (**anexo I**);

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Fluxos de Caixa
- Demonstração dos Fundos Patrimoniais
- Anexo

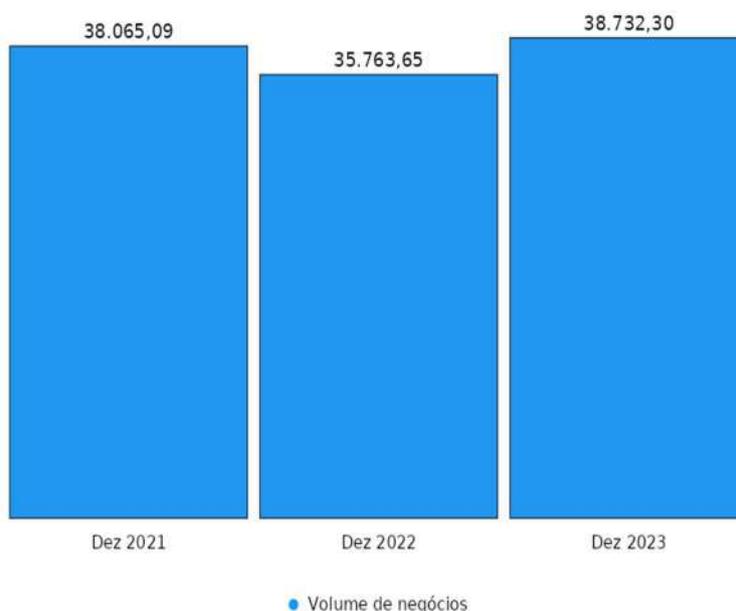
- Mapa de gastos e rendimentos (**anexo II**);

- A Certificação Legal das Contas (**anexo III**);

- O Parecer do Conselho Fiscal (**anexo IV**).

3.2 - Atividade e Posição Financeira

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



Itens	PERÍODO	
	Dez 2022	Dez 2023
Prestação de Serviços	35.763,65	38.732,30
Outros Rendimentos	62.549,81	32.260,70

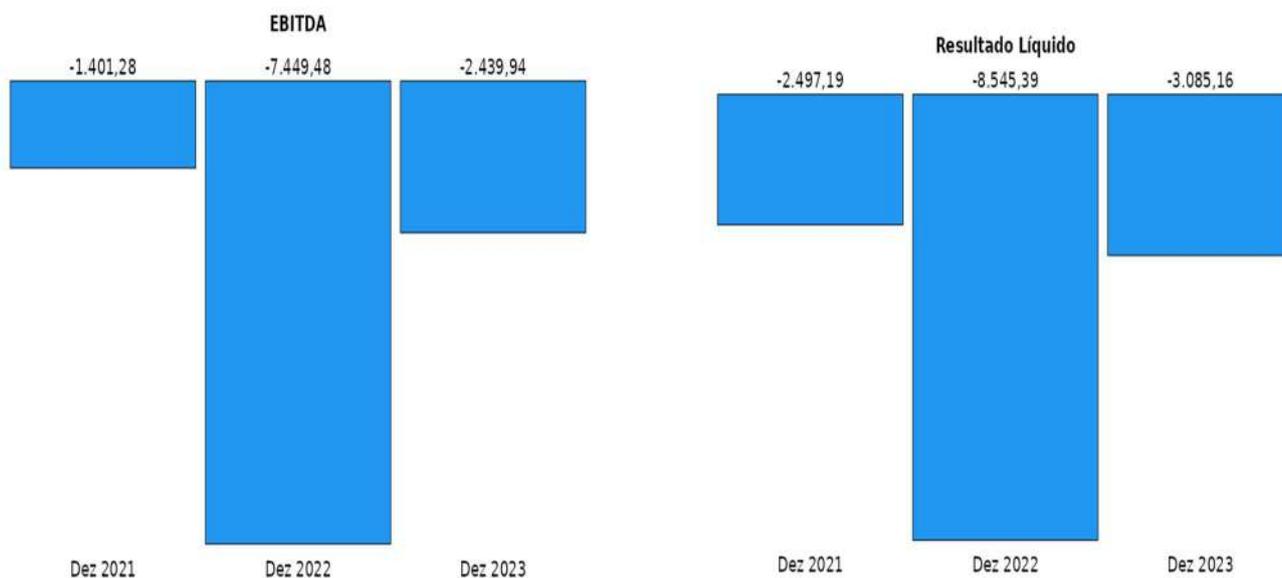
Direção

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da federação:

Itens	PERÍODO	
	Dez 2022	Dez 2023
Fornecimentos e serviços externos	68.478,95	52.273,90
Gastos com pessoal	13.672,45	14.655,53
Outros gastos e perdas	23.611,54	6.503,51
Gastos de depreciação e amortização	1.095,91	645,22

Itens	PERÍODO	
	Dez 2022	Dez 2023
Fornecimentos e serviços externos	0,64	0,71
Gastos com pessoal	0,13	0,20
Outros gastos e perdas	0,22	0,09
Gastos de depreciação e amortização	0,01	0,01

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a federação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Os rácios financeiros traduzem relações entre as contas do Balanço, da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. São úteis para sintetizar a imensa informação financeira e ajudar à tomada de decisão, sendo que, a partir da utilização de rácios, é possível avaliar a performance e a saúde financeira da federação ao longo de diferentes períodos.

Autonomia Financeira: mostra ao gestor qual a percentagem dos ativos que está a ser financiada por fundos patrimoniais. É um dos

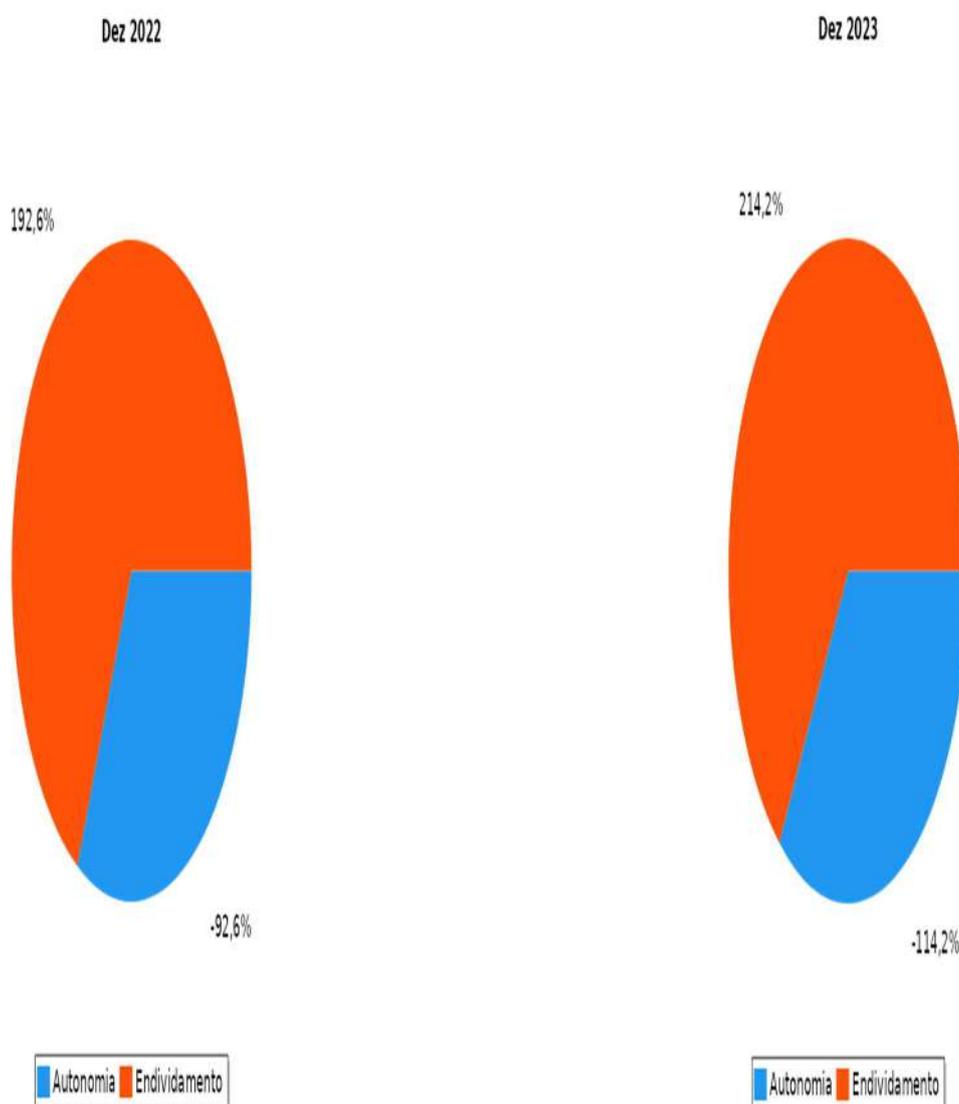
indicadores mais utilizados na análise financeira. Quanto mais reduzido for o valor obtido por este rácio, maior é a dependência da empresa de fundos alheios. Por exemplo, se o rácio apresentar valores inferiores a 0,2, significa que a federação envolve riscos acrescidos, enquanto valores superiores a 0,5 indicam que o seu risco é baixo e que apresenta solidez financeira.

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Ativo

Endividamento: Este rácio compara os fundos em dívida com os detidos pela federação. É a medida da capacidade, da federação, para responder adequadamente às suas obrigações em relação aos seus credores. À medida que o rácio de endividamento se aproxima da relação 1:1, há muito maior equilíbrio de interesses.

Endividamento = Passivo/Ativo

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da federação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Direção

O Rácio de solvabilidade é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos activos da federação financiados por fundos patrimoniais versus financiados por fundos alheios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da federação. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Solvabilidade = Fundos Patrimoniais / Passivo

O Rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade da federação de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da federação, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a federação tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Liquidez Geral = Ativo corrente/Passivo corrente

Itens	PERÍODO		
	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2023
Autonomia	-0,73	-0,93	-1,14
Solvabilidade	-0,42	-0,48	-0,53
Liquidez Geral	1,06	0,70	0,63

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da federação através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2023
Ativo não corrente	1.935,13	839,22	194,00
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>19,06%</i>	<i>4,80%</i>	<i>1,14%</i>
Ativo corrente	8.220,27	16.644,68	16.852,55
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>80,95%</i>	<i>95,20%</i>	<i>98,86%</i>
Total ativo	10.155,40	17.483,90	17.046,55
Capital Próprio	-7.445,82	-16.185,21	-19.464,37
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>-73,32%</i>	<i>-92,57%</i>	<i>-114,18%</i>
Passivo não corrente	9.834,75	9.834,75	9.834,75
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	<i>96,84%</i>	<i>56,25%</i>	<i>57,69%</i>
Passivo corrente	7.766,47	23.834,36	26.676,17
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>76,48%</i>	<i>136,32%</i>	<i>156,49%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	10.155,40	17.483,90	17.046,55

3.3 - Trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Itens	PERÍODO		
	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2023
Gastos com Pessoal	12.500,12	13.672,45	14.655,53
Nº Médio de Pessoas	1,00	1,00	1,00
Gasto Médio por Pessoa	12.500,12	13.672,45	14.655,53

Direção

3.4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

Comparativamente com o Orçamento de 2023, aprovado pela Assembleia Geral da FPB, a despesa global ficou em 74.078,16 euros (ligeiramente acima do valor orçamentado) e a receita em 70.993,00 euros (abaixo do valor orçamentado), o que originou um resultado líquido de (3.085,16) euros no exercício de 2023, incluindo as amortizações.

Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO Dez 2023
Resultados Transitados	-3.085,16
Total	-3.085,16

Se excluirmos as amortizações, o resultado operacional do exercício ascendeu a (2.439,94) euros.

3.5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

3.6 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Bridge não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Direção e os delegados à Assembleia Geral, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A FPB não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela FPB.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal, nem perante a Segurança Social.

A 18 de março de 2024

Pela Direção

Pedro Salgueiro

(Presidente da FPB)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2023	Dez 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	194,00	388,00
Ativos intangíveis	5		451,22
		194,00	839,22
Ativo corrente			
Créditos a receber	9	13.567,12	11.424,00
Estado e outros entes públicos	11	5,49	5,49
Diferimentos	9	1.337,90	1.378,85
Caixa e depósitos bancários	12	1.942,04	3.836,34
		16.852,55	16.644,68
Total do ativo		17.046,55	17.483,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	7.481,97	7.481,97
Resultados transitados	9	-30.315,99	-21.770,60
Excedentes de revalorização	5;9	194,00	388,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8;9	6.260,81	6.260,81
Resultado líquido do período		-3.085,16	-8.545,39
Total dos fundos patrimoniais		-19.464,37	-16.185,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7	9.834,75	9.834,75
		9.834,75	9.834,75
Passivo corrente			
Fornecedores	9	5.216,88	8.247,69
Estado e outros entes públicos	11	861,22	576,41
Financiamentos obtidos	9	2.500,00	
Outros passivos correntes	9;10	18.098,07	15.010,26
		26.676,17	23.834,36
Total do passivo		36.510,92	33.669,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		17.046,55	17.483,90

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2023	Dez 2022
Vendas e serviços prestados	6	38.732,30	35.763,65
Subsídios, doações e legados à exploração	8	22.500,00	34.593,60
Fornecimentos e serviços externos	6	-52.273,90	-68.478,95
Gastos com o pessoal	10	-14.655,53	-13.672,45
Outros rendimentos	6	9.760,70	27.956,21
Outros gastos	6	-6.503,51	-23.611,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.439,94	-7.449,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-645,22	-1.095,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3.085,16	-8.545,39
Resultado antes de impostos		-3.085,16	-8.545,39
Resultado líquido do período		-3.085,16	-8.545,39

Direção



RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2023	Dez 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		35.704,78	32.646,71
Pagamentos a fornecedores		55.040,77	65.751,99
Pagamentos ao pessoal	10	14.370,62	13.524,07
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-33.706,61</u>	<u>-46.629,35</u>
Outros recebimentos/pagamentos		29.312,31	49.498,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-4.394,30	2.869,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		2.500,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1.894,30	2.869,62
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	3.836,34	966,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>1.942,04</u>	<u>3.836,34</u>

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		7.481,97			-21.770,60	388,00	6.260,81	-8.545,39	-16.185,21		-16.185,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-8.545,39	-194,00		8.545,39	-194,00		-194,00
7					-8.545,39	-194,00		8.545,39	-194,00		-194,00
RESULTADO LÍQUIDO DO 8 PERÍODO								-3.085,16	-3.085,16		-3.085,16
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								-3.279,16	-3.279,16		-3.279,16
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023		7.481,97			-30.315,99	194,00	6.260,81	-3.085,16	-19.464,37		-19.464,37

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		7.481,97			-19.273,41	582,00	6.260,81	-2.497,19	-7.445,82		-7.445,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-2.497,19	-194,00		2.497,19	-194,00		-194,00
2					-2.497,19	-194,00		2.497,19	-194,00		-194,00
RESULTADO LÍQUIDO DO 3 PERÍODO								-8.545,39	-8.545,39		-8.545,39
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								-8.739,39	-8.739,39		-8.739,39
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		7.481,97			-21.770,60	388,00	6.260,81	-8.545,39	-16.185,21		-16.185,21

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Bridge, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, pelo despacho 4860/2012 na 2ª Série de 9 de Abril de 2012.

Número de identificação de pessoa coletiva: 501302115.

Lugar da sede social: Rua Amélia Rey Colaço, 46 D, 9790-017 Carnaxide.

Natureza da atividade: Promoção, desenvolvimento, organização, regulamentação, direção e difusão do ensino e prática do Bridge.

A federação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Carnaxide sob o número 501302115.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2023.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Direção

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF). Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos" .

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	4-8 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam. Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas	33.364,35	25.104,66	685,82	59.154,83
Saldo no início do período	388,00	0,00	0,00	388,00
Variações do período	-194,00	0,00	0,00	-194,00
Total diminuições	194,00	0,00	0,00	194,00
Depreciações do período	194,00	0,00	0,00	194,00
Saldo no fim do período	194,00	0,00	0,00	194,00
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>33.752,35</i>	<i>25.104,66</i>	<i>685,82</i>	<i>59.542,83</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>33.558,35</i>	<i>25.104,66</i>	<i>685,82</i>	<i>59.348,83</i>

Direção

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2022):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas	33.170,35	25.104,66	685,82	58.960,83
Saldo no início do período	582,00	0,00	0,00	582,00
Variações do período	-194,00	0,00	0,00	-194,00
Total diminuições	194,00	0,00	0,00	194,00
Depreciações do período	194,00	0,00	0,00	194,00
Saldo no fim do período	388,00	0,00	0,00	388,00
Valor bruto no fim do período	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas no fim do período	33.364,35	25.104,66	685,82	59.154,83

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Programas de computador	TOTAL
Valor bruto total no fim do período	2.970,45	2.970,45
Amortizações acumuladas totais no fim do período	2.970,45	2.970,45
Valor bruto no início	2.970,45	2.970,45
Amortizações acumuladas	2.519,23	2.519,23
Saldo no início do período	451,22	451,22
Variações do período	-451,22	-451,22
Amortizações do período	451,22	451,22
Total diminuições	451,22	451,22

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

Direção

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	38.732,30	35.763,65
Outros réditos	32.260,70	62.549,81
Total	70.993,00	98.313,46

6.3 - Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2023
Outros Rendimentos	2.464,40	27.956,21	9.760,70
Rendimentos Suplementares	2.270,40	27.669,96	9.369,60
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		92,25	197,10
Outros	194,00	194,00	194,00

6.4 - Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2023
Outros Gastos	13.713,05	23.611,54	6.503,51
Impostos	1,80	5,11	3,84
Correções de Exercícios Anteriores	15,00	424,50	653,69
Quotizações	1.698,14	1.565,69	1.710,08
Outros	7.650,00	21.616,24	4.135,90

Os principais gastos incluídos em "outros", discriminam-se da seguinte forma:

Apoios monetários - 1.710,08 euros

Taxas de licenciamento - 4.101,37 euros

Direção

6.5 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	22.662,28	18.347,61
Trabalhos especializados	7.847,40	8.142,60
Publicidade e propaganda	0,00	615,00
Honorários	14.719,00	9.370,59
Conservação e reparação	0,00	91,82
Outros	95,88	127,60
Materiais	4.061,54	3.521,01
Material de escritório	327,64	344,33
Outros	3.733,90	3.176,68
Energia e fluidos	1.576,01	1.759,23
Eletricidade	1.031,52	1.267,08
Água	544,49	492,15
Deslocações, estadas e transportes	6.208,91	28.884,68
Deslocações e estadas	5.688,91	28.404,68
Transportes de pessoal	520,00	480,00
Serviços diversos	17.765,16	15.966,42
Rendas e alugueres	15.822,40	13.994,08
Comunicação	1.076,22	1.008,01
Seguros	853,55	854,62
Contencioso e notariado	0,00	25,00
Limpeza, higiene e conforto	12,99	84,71
Total	52.273,90	68.478,95

7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Provisões - movimentos do período:

Descrição	Processos judiciais curso	Total
Saldo no início do período	9.834,75	9.834,75
Saldo no fim do período	9.834,75	9.834,75

No decorrer do ano de 2019 foi proferida a sentença pelo tribunal tributário de Lisboa que veio dar razão à Federação, no entanto a Autoridade Tributária recorreu da sentença situação pela qual a provisão se mantém registada.

Direção

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios à exploração	34.593,60	22.500,00	22.500,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	34.593,60	22.500,00	22.500,00
De subsídios à exploração	34.593,60	22.500,00	22.500,00

Os subsídios à exploração para o ano de 2023 foram no montante de 25.000,00 euros, e foram atribuídos por as seguintes entidades:

IPDJ – CP 155/DDF/2023 - 24.000,00 euros

Camara Municipal de Coimbra - 1.000,00 euros

Pelo não cumprimento da verba atribuída na cláusula terceira referente à prática desportiva juvenil de 2.500,00 euros, este montante foi reconhecido como um custo a devolver ao IPDJ.

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

9.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2022 e 2023, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Saldo Final
Capital	7.481,97	0,00	7.481,97
Resultados transitados	-21.770,60	8.545,39	-30.315,99
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	388,00	194,00	194,00
Outros excedentes	388,00	194,00	194,00
Outras variações nos capitais próprios	6.260,81	0,00	6.260,81

Direção

Capital próprio - movimentos do período:

Doações	6.260,81	0,00	6.260,81
Total	-7.639,82	8.739,39	-16.379,21

9.3 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	13.567,12
Clientes e utentes	11.435,66
Outras contas a receber	2.131,46
Passivos financeiros:	23.314,95
Fornecedores	5.216,88
Financiamentos obtidos	2.500,00
Outras contas a pagar	18.098,07

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2022):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	11.424,00
Clientes e utentes	8.417,84
Outras contas a receber	3.006,16
Passivos financeiros:	23.257,95
Fornecedores	8.247,69
Outras contas a pagar	15.010,26

9.4 - Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 1.337,90 euros, os quais respeitam a gastos ocorridos em 2023 referentes ao período de 2024.

Identificação de diferimentos de gastos:

Nome / Descrição	Valor
Seguros	99,42
Alojamento	164,18
Aluguer equipamento	74,30
Outros	1.000,00

Direção

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2023 o número de colaboradores era de 1.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para o funcionário.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	14.655,53	13.672,45
Remunerações do pessoal	11.932,48	11.152,48
Encargos sobre as remunerações	2.423,26	2.240,22
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	143,79	123,75
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	156,00	156,00

Não existem dívidas para com os colaboradores.

11 - Impostos e contribuições

11.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	2,49	0,00	2,49	0,00
Retenções efetuadas por terceiros	2,49	0,00	2,49	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	3,00	604,00	3,00	337,50
Contribuições para a Segurança Social	0,00	257,22	0,00	238,91
Total	5,49	861,22	5,49	576,41

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da federação dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Direção

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

12 - Fluxos de caixa

12.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	33,75	12,50	23,62	22,63
Depósitos à ordem	3.802,59	67.093,87	68.977,05	1.919,41
Total	3.836,34	67.106,37	69.000,67	1.942,04

12.2 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

13 - Outras divulgações

13.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

13.2 - Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção



MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS 2023

						GASTOS E PERDAS	Orçamento 2023	Realizado 2023
90						Organização e Gestão da FPB	44 590,20	47 766,99
90	1					Gastos de Organização e Gestão		
90	1	1				Fornecimentos e Serviços		
90	1	1	1			Trabalhos Especializados		
90	1	1	1	1		Contabilidade	5 400,00	6 346,80
90	1	1	1	2		Revisão e Certificação de Contas	1 230,00	1 230,00
90	1	1	1	3		Assistência Técnica	800,00	724,77
90	1	1	2			Honorários	6 240,00	6 240,00
90	1	1	3			Serviços Bancários	120,00	99,72
90	1	1	4			Conservação e Reparação das Instalações e Equipamentos		
90	1	1	4	1		Limpeza, Higiene e Conforto	600,00	333,00
90	1	1	4	2		Electricidade	1 320,00	1 031,52
90	1	1	4	3		Água	550,00	544,49
90	1	1	4	4		Reparações	0,00	0,00
90	1	1	5			Material de Escritório	400,00	327,64
90	1	1	6			Deslocações e Estadias	0,00	0,00
90	1	1	7			Transporte do Pessoal	250,00	520,00
90	1	1	8			Rendas e Alugueres		
90	1	1	8	1		Instalações	9 600,00	9 792,00
90	1	1	8	2		Equipamentos	664,20	802,48
90	1	1	9			Despachos e Portes	50,00	13,75
90	1	1	10			Comunicações	1 050,00	674,90
90	1	1	11			Seguros das instalações	100,00	88,52
90	1	1	12			Domínio e alojamento portal FPB	200,00	387,57
90	1	2				Gastos com Pessoal		
90	1	2	1			Remunerações do Pessoal	11 570,00	11 932,48
90	1	2	2			Encargos Sobre Remunerações	2 310,00	2 423,26
90	1	2	3			Seguros de Acidentes de Trabalho	200,00	143,79
90	1	2	4			Segurança e Medicina no Trabalho	156,00	156,00
90	1	3				Quotizações Nacionais e Internacionais		
90	1	3	1			WBF	600,00	572,00
90	1	3	2			EBL	800,00	758,08
90	1	3	3			CDP	380,00	380,00
90	1	3	4			COP	0,00	0,00
90	1	4				Deslocação de Delegados à Assembleia Geral	0,00	0,00
90	1	5				Gastos e Perdas de Financiamento		
90	1	5	1			Juros Suportados	0,00	0,00
90	1	5	2			Serviços Bancários	0,00	0,00
90	1	6				Contencioso e Notariado	0,00	1 599,00
90	1	7				Impostos	0,00	0,00
90	1	8				Despesas de Representação	0,00	0,00
90	1	9				Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
90	1	10				Gastos de depreciação e amortização	0,00	645,22
91						Desenvolvimento da Actividade Desportiva	18 824,80	23 705,48
91	1					Gastos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva		
91	1	1				Entrega às AR de 25% das taxas licenciamento		
91	1	1	1			Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	3 000,00	2 627,25
91	1	1	2			Associação Regional de Bridge Norte	875,00	718,12
91	1	1	3			Associação Regional de Bridge Centro	362,50	452,25
91	1	1	4			Associação Regional de Bridge Madeira	375,00	303,75
91	1	1	5			Associação Regional de Bridge Açores	0,00	0,00
91	1	2				Festivais e Outras Provas Particulares		
91	1	2	1			Grande Prémio de Portugal	0,00	0,00
91	1	2	2			Outros Festivais	0,00	1 013,00
91	1	2	3			Outras provas	0,00	206,20
91	1	3				Provas Nacionais		
91	1	3	1			Arbitragem	2 600,00	5 291,01
91	1	3	1	1		Honorários		
91	1	3	1	2		Deslocações e Estadias		
91	1	3	1	3		Equipamento Arbitragem		
91	1	3	2			Utilização de Equipamento Informático	0,00	0,00
91	1	3	3			Aluguer de Salas	3 400,00	4 773,75
91	1	3	4			Material de Desgaste Rápido	0,00	0,00

MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS 2023

91	1	3	5		Prémios e Troféus	200,00		34,53	
91	1	3	6		Deslocações e Estadias	0,00		490,55	
91	1	4			Aquisição de Equipamento Desportivo	2 162,30		1 830,00	
91	1	5			Divulgação do Bridge	4 800,00		4 546,35	
91	1	6			Captação de Novos Praticantes	0,00		0,00	
91	1	7			Fidelização de Praticantes	100,00		0,00	
91	1	8			Seguro dos Praticantes	950,00		765,03	
91	1	9			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		653,69	
91	1	10			Gastos de Depreciação e Amortização	0,00		0,00	
92					Formação		7 500,00		1 345,69
92	1				Gastos de Formação				
92	1	1			Bridge Escolar	0,00		0,00	
92	1	1	1		Honorários				
92	1	1	2		Deslocações e Estadias				
92	1	1	3		Material Pedagógico				
92	1	1	4		Equipamento Desportivo				
92	1	2			Jovens e Universitários (P1)	2 500,00		0,00	
92	1	2	1		Honorários				
92	1	2	2		Deslocações e Estadias				
92	1	2	3		Material Pedagógico				
92	1	3			Outros Praticantes (P2)	3 000,00		592,30	
92	1	3	1		Honorários				
92	1	3	2		Deslocações e Estadias				
92	1	4			Árbitros (P2)	2 000,00		641,49	
92	1	4	1		Honorários				
92	1	4	2		Deslocações e Estadias				
92	1	4	3		Material Pedagógico				
92	1	5			Outros agentes (Professores e Dirigentes - P2)	0,00		111,90	
92	1	5	1		Honorários				
92	1	5	2		Deslocações e Estadias				
92	1	5	3		Material Pedagógico				
93					Seleções Nacionais		2 500,00		1 260,00
93	1				Inscrições				
93	1	1			Seleção Open	2 500,00		0,00	
93	1	2			Seleção Feminina	0,00		0,00	
93	1	3			Seleção Sénior	0,00		0,00	
93	1	4			Seleção Júnior	0,00		0,00	
93	1	5			Seleção Mista	0,00		0,00	
93	2				Deslocações e Estadias				
93	2	1			Seleção Open	0,00		1 260,00	
93	2	2			Seleção Feminina	0,00		0,00	
93	2	3			Seleção Sénior	0,00		0,00	
93	2	4			Seleção Júnior	0,00		0,00	
93	2	5			Seleção Mista	0,00		0,00	
93	3				Preparação				
93	3	1			Aluguer de Salas	0,00		0,00	
93	3	2			Deslocações e Estadias	0,00		0,00	
93	3	3			Inscrições	0,00		0,00	
					TOTAL DE GASTOS E PERDAS		73 415,00		74 078,16

MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS 2023

					RENDIMENTOS E GANHOS	Orçamento 2023	Realizado 2023
90	2				Rendimentos de Organização e Gestão	38 415,00	38 299,10
90	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
90	2	1	1		IPDJ	10 000,00	10 000,00
90	2	1	2		Instituto da Segurança Social/IAPMEI	0,00	0,00
90	2	2			Quotizações		
90	2	2	1		Agrupamentos de Clubes		
90	2	2	1	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	1 200,00	1 275,00
90	2	2	1	2	Associação Regional de Bridge Norte	450,00	600,00
90	2	2	1	3	Associação Regional de Bridge Centro	450,00	525,00
90	2	2	1	4	Associação Regional de Bridge Madeira	375,00	300,00
90	2	2	1	5	Associação Regional de Bridge Açores	0,00	0,00
90	2	2	2		Praticantes		
90	2	2	2	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	12 000,00	10 554,00
90	2	2	2	2	Associação Regional de Bridge Norte	3 500,00	2 872,50
90	2	2	2	3	Associação Regional de Bridge Centro	1 450,00	1 809,00
90	2	2	2	4	Associação Regional de Bridge Madeira	1 500,00	1 215,00
90	2	2	2	5	Associação Regional de Bridge Açores	0,00	0,00
90	2	3			Cedência de Material	1 000,00	658,50
90	2	4			Cedência de Instalações	900,00	900,00
90	2	5			Duplicação de Jogos e Diagramas	1 500,00	1 166,10
90	2	6			Apoio às Arbitragens	1 000,00	1 050,00
90	2	7			Recuperação de Pontos de Ranking e Transferências	90,00	105,00
90	2	8			Donativos	3 000,00	3 000,00
90	2	9			Recuperação de Gastos de Contencioso	0,00	2 075,00
90	2	10			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00	0,00
90	2	11			Outros Rendimentos	0,00	194,00
91	2				Rendimentos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva	28 000,00	30 053,90
91	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
91	2	1	1		IPDJ	9 000,00	9 000,00
91	2	1	2		Outras Entidades	0,00	1 000,00
91	2	2			Provas Nacionais		
91	2	2	1		Organizadas pela FPB	9 000,00	10 891,50
91	2	2	2		Organização Delegada	3 000,00	1 490,50
91	2	3			Homologações		
91	2	3	1		Festivais	3 000,00	2 239,50
91	2	3	2		Torneios Particulares	2 000,00	3 413,80
91	2	3	3		Simultâneos	0,00	0,00
91	2	3	4		Provas Regionais Não Isentas	1 000,00	1 117,80
91	2	3	5		Provas Online	1 000,00	625,80
91	2	4			Donativos		
91	2	4	1		Grande Prémio de Portugal	0,00	0,00
91	2	4	2		Outros	0,00	0,00
91	2	5			Outros Rendimentos		
91	2	5	1		Arbitragem	0,00	0,00
91	2	5	2		Apoio Técnico	0,00	275,00
92	2				Rendimentos da Formação	4 500,00	140,00
92	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
92	2	1	1		IPDJ - Prática Desportiva Juvenil	2 500,00	0,00
92	2	1	2		IPDJ - Formação de Recursos Humanos	2 000,00	0,00
92	2	2			Inscrições em Acções de Formação	0,00	140,00
93	2				Rendimentos das Selecções Nacionais	2 500,00	2 500,00
93	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
93	2	1	1		IPDJ	2 500,00	2 500,00
93	2	2			Donativos	0,00	0,00
93	2	3			Recuperação de Gastos	0,00	0,00
					TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS	73 415,00	70 993,00



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Federação Portuguesa de Bridge, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 17.047 euros e um total dos fundos patrimoniais negativos de 19.464 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.085 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para o facto do balanço da Federação Portuguesa de Bridge no presente exercício apresentar um ativo corrente inferior ao passivo corrente em cerca de 9.824 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

O órgão da direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as

2/3 



divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Em nossa opinião, o Relatório da Direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2024

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)
representada por:



Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546